



CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CAMPUS III GUARABIRA – PB
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA
CEAT- Centro de Estudos Agrários e do Trabalho

Linha de pesquisa
GEOGRAFIA AGRÁRIA

Severino do Ramo Pereira de Lima

CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NO CAMPO
ALAGOAGRANDENSE: UM RETRATO DA LUTA E
FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO MONSENHOR LUIGI
PESCARMONA

GUARABIRA – PB

2015

Severino do Ramo Pereira de Lima

CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NO CAMPO
ALGOAGRANDENSE: UM RETRATO DA LUTA E
FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO MONSENHOR LUIGI
PESCARMONA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em Geografia da Universidade
Estadual da Paraíba em cumprimento à
exigência para a obtenção do título de
Licenciado em Geografia. Orientador: Prof.
Dr. Edvaldo Carlos de Lima

GUARABIRA – PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L245c Lima, Severino Do Ramo Pereira de
Conflitos e resistências no campo Alagoagrandense:
[manuscrito] : um retrato da luta e formação do Assentamento
Monsenhor Luigi Pescarmona / Severino Do Ramo Pereira de
Lima. - 2015.
26 p. : il.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2015.
"Orientação: Edvaldo Carlos de Lima, Departamento de
Geografia".

1.Conflitos Agrários. 2. Assentamento Monsenhor Luigi
Pescarmona. 3. Alagoa Grande. I. Título.

21. ed. CDD 910

Severino do Ramo Pereira de Lima

**CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NO CAMPO ALGOAGRANDENSE: UM
RETRATO DA LUTA E FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO MONSENHOR
LUIGI PESCARMONA**

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Edvaldo Carlos de Lima (UEPB/CH/DG)

Doutor em Geografia pela UFPE

(Orientador)

Prof.º Ms. Tiago Leite Brandão de Queiroz (UEPB/CH/DG)

Mestre em Geografia pela UFPB

(Examinador interno)

Prof.º Ms. Diego Pessoa Irineu de França

Mestre em Geografia pela UFPB

(Examinador externo)

Aprovado em: 01/12/2015

Guarabira/PB

2015

DEDICATÓRIA

Dedico primeiramente à minha avó Dona Enedina Mariana da Conceição “Mãe dina” (*in memoriam*) com quem aprendi valores pra vida toda, como paciência e tranquilidade interior. Aos professores do curso que durante 4 anos me levaram a buscar conhecimentos novos. Aos agricultores que lutam pelo direito a terra. E por fim à toda minha família, Meu Pai, Minha Mãe e à minha “Nega” Cilene Sousa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pai criador de tudo e de todos, que sempre me deu forças e discernimento pra encarar as batalhas da vida e que sempre me abençoou em tudo o que faço.

Aos meus pais Severino e Rosélia, que com sua forma “moderna” de educar sempre me motivaram à seguir estudando independente de qualquer coisa, pois como eles mesmo sempre me falaram “ estudo nunca é de mais”. Com eles formamos uma família, que sempre me apoio em meio às dificuldades, tanto acadêmicas, quanto na vida como um todo. Família essa a qual eu tenho orgulho de ser parte integrante vitalício.

À Bel (irmã) e Abraão (cunhado) pelos apoios morais que sempre me deixaram de cabeça erguida e com mais confiança para com a academia.

Aos meus Irmãos Lourival e Maria Helena, que mesmo estando longe (Rio de Janeiro) torcem por mim e me mandam estudar sempre.

À minha namorada Cilene Sousa, que me apoio e me incentivou em meio ao processo de pesquisa, e revisão do trabalho, sendo também presente como amiga e parceira de todas as horas. Agradeço também a paciência para comigo.

Aos amigos Diego Sousa e Cristiano Frasão, pelos favores acadêmicos.

Aos meus amigos integrantes do “Grupo dos 5”: Alexandra Caetano, Danielly Alves, Elly Melo e Giselda Caetano. Pense numa turma carregada, porém unida. Juntos feitos lagartixas em parede. Com eles aprendi que pra ser amigo não carece morar junto, tirar selfie o tempo todo nem beber todo fim de semana, amizade boa é amizade que mesmo sem se viver se conhece.

À todos os integrantes do Grupo CEAT, os quais interagem para assim se pode melhor entender a Ciência Geográfica.

Aos agricultores que me concederam entrevistas e boas conversas no Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona. Ótima recepção e acolhimento. E aos demais que conversaram comigo sobre a pesquisa.

Ao meu orientador o professor Edvaldo Carlos de Lima, que aceitou orientar minha pesquisa sem” arrudei” nenhum, me ajudando com tudo.

À todos que sempre duvidaram de mim, com deboche e mal dizeres, que me chamaram de tolo por cursar um curso de licenciatura, que me chamaram de louco o tempo todo. À vocês meus agradecimentos, pois isso só me fez cada dia mais forte e perseverante em busca de meu sonho.

“Por que toda vida, reforma agrária só se fez com sangue”

Agricultor A.L

043 – GEOGRAFIA

TÍTULO: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NO CAMPO ALGOAGRANDENSE:
UM RETRATO DA LUTA E FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO MONSENHOR
LUIGI PESCARMONA

LINHA DE PESQUISA: GEOGRAFIA RURAL E AGRÁRIA

AUTOR: SEVERINO DO RAMO PEREIRA DE LIMA

ORIENTADOR: PROF. DR. EDVALDO CARLOS DE LIMA

EXAMINADORES: PROF. MS. TIAGO LEITE BANDRÃO DE QUEIROZ

PROF. MS. DIEGO PESSOA IRINEU DE FRANÇA

Resumo

O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise do tema da questão agrária em relação aos conflitos agrários no campo e a atuação dos movimentos sociais e sindicatos rurais que possuem ação de mudança na sociedade em termos de estrutura e organização. Depois da análise dos conflitos agrários em nosso país, podemos perceber que esses conflitos são provenientes do modelo de divisão do território brasileiro iniciado ainda na colonização e que pouca coisa mudou daquele tempo até os dias atuais. Com base nessa análise, fizemos um estudo de caso no Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona no município de Alagoa Grande – PB, onde teve a ação da CPT e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Analisamos a forma com que se deu o processo dos conflitos que resultaram na conquista da terra, bem como a sua consolidação como assentamento rural.

Palavras-chave: Conflitos agrários – Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona – Alagoa Grande.

Resumen

El presente artículo tiene el objetivo de hacer un análisis del tema cuestión agraria en relación a los conflictos agrarios en el campo y la actuación de los movimientos sociales y sindicato rurales, que tienen acción de cambio en la sociedad en términos de estructura y organización. Después del análisis de los conflictos agrarios en nuestro país, podemos darnos cuenta que esos conflictos vienen de lo modelo de división de lo território brasileño comenzado aún en la colonización y que poco ha cambiado ese momento hasta nuestros días. Basado en la análisis, hicimos un estudio de caso ne lo Asentamiento Monseñor Luigi Pescarmona em la ciudad de Alagoa Grande – PB, donde teve la acción de la CPT y de lo Sindicato de los Trabajadores Rurales. Analizamos la forma con lo que dio el proceso de los conflictos que resultaron en la logro de la Tierra, bien como su consolidación como asentamiento rural.

Palabras Clave: Conflictos agrarios – Asentamiento Monseñor Luigi Pescarmona – Alagoa Grande.

INTRODUÇÃO

Desde os tempos remotos a humanidade briga pela terra e isso não vem apenas pela necessidade que a agricultura trouxe para a produção de alimentos logo após os seres humanos deixarem de ser nômades, vai além disso, ou seja, possuir terra foi e é ainda hoje sinônimo de poder e soberania no mundo todo. Como sempre foi um dos bens mais desejados, a terra se tornou sinônimo de poder e de dominação.

A disputa é excludente e injusta, separando assim ricos e pobres. Sempre houve diferença entre o latifundiário e o pequeno agricultor no mundo todo. Enquanto poucos latifundiários com grandes domínios de terras estão de um lado, milhares de agricultores lutam pelo acesso a terra em outro.

A questão da terra no Brasil não foi nem é diferente. Nosso país é marcado por vários momentos históricos em que se pôde notar a má distribuição e acumulação de terras nas mãos de poucos e a luta desses para ter seu pedaço de chão para trabalhar e sobreviver. Nesse mesmo pensamento, Reis (2012) salienta que:

A história do Brasil está povoada de conflitos e revoltas populares relacionados com a distribuição de terra. A Guerra de Canudos (1896-1897) no Nordeste, a Guerra do Contestado (1912-1916) no Sul, a Guerra do Formoso (1950-1960), no Centro-Oeste são alguns dos mais importantes episódios dessa história (REIS, 2012, p.90).

Com o exposto acima, podemos claramente perceber que a questão da luta pela terra em nosso país é histórica, contudo, pouca coisa mudou para que haja de fato igualdade no direito à propriedade da terra para o pequeno camponês.

Segundo Buainain (2008) desde o início da colonização, com a implantação das *sesmarias*¹ até os dias atuais, com as grandes propriedades de usineiros e grandes produtores de soja, pecuaristas entre outros latifundiários, que a terra vem sendo objeto de diferenciação de classes. O autor afirma que os conflitos agrários contemporâneos têm sua origem na natureza e na forma assumida pelo processo de ocupação do território brasileiro desde o descobrimento.

¹ Lote de terra inculca ou abandonada que os reis de Portugal cediam aos novos povoadores.

No Nordeste brasileiro a luta pela terra esta claramente exposta na Guerra de Canudos (1896 – 1897) e no surgimento das Ligas Camponesas iniciadas a partir de 1950 por agricultores arrendatários no interior do estado de Pernambuco. Porém, antes dessas lutas já havia a contribuição do Partido Comunista Brasileiro e da Igreja Católica, com ações de organização nas lutas por direitos trabalhistas para os camponeses.

No estado da Paraíba, as desigualdades sociais são evidentes, sobretudo no campo, onde a expropriação do camponês é um dos vários fatores que levam à luta pela terra. Nesse contexto Rodrigues (2010) salienta.

O campo paraibano apresenta como características a desigualdade social, a estrutura fundiária concentrada, a exploração e expulsão dos trabalhadores e a permanência de uma aristocracia rural que mantém o domínio político econômico sobre os espaços regionais (RODRIGUES, 2010,p.1).

Como uma boa parte dos estados nordestinos, a Paraíba é ponto de referência para a questão agrária em relação à luta pela terra, tanto que até hoje o estado tem grande número de acampamentos e assentamentos rurais conquistados a partir dos movimentos sociais de luta pela terra.

No município de Alagoa Grande – PB, a questão da luta pela terra se manifesta a princípio, na década de 1980 com as primeiras desapropriações de terra, dando início assim a uma sequência de outras desapropriações que tornaram o município referência em assentamentos rurais em todo o estado da Paraíba. Porém, é primordial ressaltar que, para que essas lutas agrárias acontecessem e se efetivassem em assentamentos, houve a participação da CPT e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais², para amparar os agricultores e mais adiante se torna uma arma de apoio e sustentação nas lutas agrárias alagoa-grandenses.

Falar sobre questões agrárias nem sempre é fácil, por se tratar de um tema complexo e que exige pesquisas específicas. Devido a isso é que o tema

² Fundado em 09/07/1962 pelo Pe. Geraldo Pinto, Álvaro Diniz Severino Cassimiro Alves, Antônio do Nascimento e Manoel Santino. Vê FREIRE, **ALAGOA GRANDE SUA HISTÓRIA**. 1997.

foi escolhido, pois pouco se fala das lutas trabalhistas pela terra ocorridas em Alagoa Grande – PB e também da ação da CPT e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que veio dar suporte às lutas e às questões agrárias dos pequenos agricultores alagoa-grandenses, como base de sustentação nas lutas camponesas.

De acordo com isso, foi escolhido como objeto desse estudo, o Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona localizado no município de Alagoa Grande-PB, entendido nesse caso, como o resultado final de anos de luta pela terra e símbolo de vitória para os camponeses que ali vivem.

Alagoa Grande está localizada na microrregião de Alagoa Grande e na Mesorregião do Agreste paraibano, sua localização geográfica é: **Latitude:** 7°4'56"Sul **Longitude:** 35° 35' 57" Oeste, possui uma área de 320,56 Km², à 143 metros acima do nível do mar, fica à 85,17 km a capital do estado João Pessoa e seu acesso pode ser feito pelas rodovias BR230 e pela PB075 (CPRM,2005). Veja a figura 1.

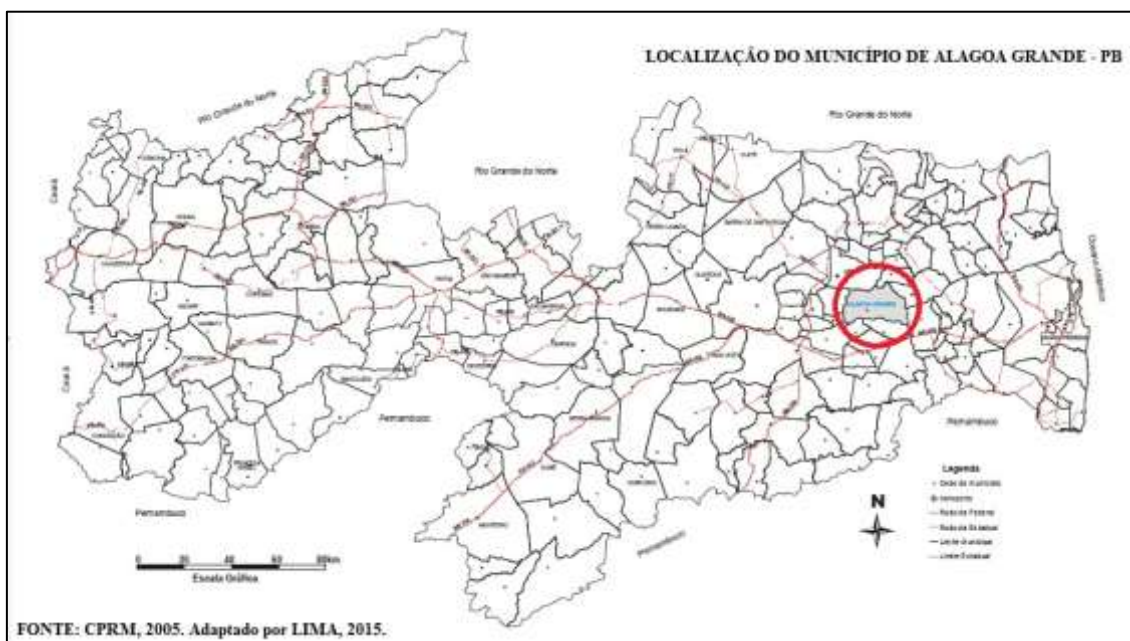


Figura 1. Localização do Município de Alagoa Grande – PB. Fonte CPRM,2015. Adaptado por LIMA, 2015.

Desse modo, o objetivo da pesquisa é analisar os movimentos sociais pela terra visando a forma com que se deu o processo dos conflitos que resultaram na conquista da terra e consolidação do Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona. Levando em consideração que as lutas agrárias são a

representação da união dos camponeses em prol de um único objetivo comum a todos, o direito pela terra e os direitos trabalhistas.

Sobre os procedimentos metodológicos, foi realizado um levantamento bibliográfico de obras relacionadas com o tema como: teses, monografias, revistas, artigos, livros, etc., levantamentos de dados secundários em sites (INCRA, CPT) e pesquisa de campo a partir do estudo de caso, por meio de entrevistas semiestruturadas, visando obter maior clareza dos fatos.

2 - A questão agrária brasileira

De acordo com Fernandes (2008) a questão agrária está presente no nosso cotidiano há séculos. É possível não querer vê-la, encobrendo deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia a dia.

Nosso país tem em sua história diversos momentos em que a luta pela terra teve grande relevância nas questões sociais e trabalhistas. Porém, ao falar sobre a questão da terra, é importante notar que, o Brasil, não teve leis que favorecessem os trabalhadores camponeses, mas sim apenas os latifundiários.

A questão da terra e a imperiosa necessidade de um modelo de reforma agrária duradouro e eficaz é apenas uma das muitas facetas da histórica desigualdade socioeconômica entre as classes sociais no Brasil (FILIPPI, 2005, p 53).

Tendo em vista que as desigualdades sociais e econômicas são o reflexo da desigualdade da distribuição de renda, e no meio rural, na má distribuição da terra, que se descortina desde o século XVI.

O problema fundiário do país remonta a 1530, com a criação das capitanias hereditárias e do sistema de sesmarias - grandes glebas distribuídas pela Coroa portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las dando em troca um sexto da produção. Aí nascia o latifúndio. (INCRA.2015).

O Brasil teve, desde o início de sua colonização, um modelo mal sucedido de posse, divisão e distribuição da terra, pois a divisão territorial feita a partir das capitanias hereditárias beneficiou apenas um pequeno grupo de proprietários e esses tomaram posse de quantidades imensas de terra.

Com o passar dos anos e o grande número de concessões de sesmarias, a terra continuou sendo mal distribuída, porém, ainda assim na mão de poucos e seletos, excluindo cada vez mais a chance dos trabalhadores camponeses terem direito à terra.

As primeiras tentativas de mudança na questão da terra só vieram à tona em 1850, com a chamada Lei de Terras (SILVA, 2008 apud NAKATANI, FALEIROS e VARGAS, 2012). Porém não houve grandes avanços, que beneficiassem os trabalhadores camponeses, pelo contrário, houve ainda mais dificuldade para quem tinha o sonho da terra, porém que não podia pagar para realizar tal desejo, já que, com essa lei, pessoas interessadas só poderia ter acesso à terra mediante ao pagamento e oficialização em cartório, contrapondo o modelo de doação anterior.

A Lei de Terras regularizou a propriedade de grandes porções de terras a uma pequena parte da população e possibilitou a manutenção da exploração, podendo ser considerada a “certidão de nascimento” do latifúndio brasileiro. (ZANARDI, 2012, p. 86).

O Brasil, mesmo tendo um crescimento econômico considerável no século XX, não fez melhorias nas leis que regulamentavam as questões da posse de terra. No mesmo pensamento Nakatani, Faleiros e Vargas (2012) salientam que:

O Brasil talvez seja o único “grande” país que vivenciou um profundo e complexo processo de crescimento e desenvolvimento econômico sem promover substanciais mudanças na questão da propriedade fundiária. Desde a colonização portuguesa, passando pela Lei de Terras de 1850 e por todo o processo de industrialização vivenciado no século XX e ainda em curso, a questão agrária permaneceu quase que inalterada, a despeito de avanços decorrentes das crescentes contradições sociais e econômicas e da correlata violência verificadas no campo (NAKATANI, FALEIROS e VARGAS, 2012 p.214).

Esses conflitos no campo aumentaram significativamente, ao ponto de formarem pequenos grupos que, mais tarde dariam origem aos primeiros movimentos pela terra propriamente ditos e que, com o passar do tempo, cresceram e se transformaram em importantes forças de luta pelo direito à terra no Brasil.

2.1 - PRIMEIROS PASSOS PARA A REFORMA AGRÁRIA

Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor a distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. (Estatuto da Terra. Lei Nº 4504/64). No entanto, em nosso país ainda não houve o cumprimento de tal lei.

Os movimentos de luta pela terra, provenientes do modelo da má distribuição da terra instalado no Brasil desde o início de sua colonização, se multiplicaram e levaram as autoridades governamentais a tentarem conceber a reforma agrária em nosso país em vários momentos de nossa história, mas foi no século XX que as tentativas de reforma se consolidaram.

A primeira tentativa ocorreu durante o processo de elaboração da constituição de 1946, mas foi derrotada com a aprovação da exigência de pagamento à vista pelas desapropriações (BUAINAIN, 2008).

Com o passar dos anos, já nas décadas de 50 e 60³, o movimento agrário aumentou ainda mais, tendo em vista que uma série de fatores sociais deram uma certa alavancada para tal crescimento. Entre os fatores estavam: a crise econômica, o aumento da inflação, o aumento dos conflitos sociais e as transformações causadas pelo processo de industrialização.

Esses fatores levaram à realização de pequenas reformas ditas como de base. Como o resultado de estudos sobre o tema da terra, foi revelado que a estrutura agrária era um obstáculo e atrasava a agricultura impedindo-a de modernizar-se, com isso, a reforma agrária teve mais um reforço, e conseqüentemente, o movimento passou a contar também com sindicatos que ajudaram os trabalhadores camponeses em suas reivindicações. Nesse mesmo pensamento, Buainain (2008) ao tratar sobre esse período salienta:

A bandeira da reforma agrária foi também reforçada pelo surgimento e rápida difusão de organizações sindicais de trabalhadores rurais e de pequenos produtores, cujas manifestações crescentes requeriam uma resposta da parte do sistema político dominante (BUAINAIN, 2008, p.28).

³ O surgimento e expansão da Ligas Camponesas, foi um dos mais importantes acontecimentos no campo Brasileiro desse período.

Como isso, os trabalhadores camponeses conseguiram assegurar a igualdade dos direitos trabalhistas, em relação aos trabalhadores urbanos, o que representou um passo significativo para as lutas agrárias do nosso país.

Com o movimento gerado pelas ligas camponesas no nordeste na década de 50, que teve grande repercussão nacional, visto que vários de seus líderes tinham sido assassinados, foi criada a CONTAG⁴, nesse mesmo período foi criada a SUPRA⁵ que daria início ao processo de reforma agrária iniciado no governo do então presidente da república João Goulart. Contudo sem grande avanço, tendo em vista que em 1964 houve o Golpe Militar, e os anseios de Reforma Agrária foram abafados. Ao se referir sobre esse episódio da história das questões agrárias de nosso país, Oliveira (2001) afirma:

Entretanto, a violência do golpe militar de 64 sufocou o anseio de liberdade do morador sujeito dos latifúndios armados do Nordeste brasileiro e de muitos camponeses sem terra que a crise do café e o início da industrialização estavam gerando. Os militares extinguiram a SUPRA e criaram o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA), mas Reforma Agrária, nunca fizeram, mesmo depois de promulgarem o Estatuto da Terra, em novembro de 1964. (OLIVEIRA, 2001, p.190.)

O golpe militar, que foi motivado pelos conflitos das ligas e que tinha um semblante de revolução, não trouxe, portanto, grandes melhorias para as questões agrárias da época, pelo contrário, com o regime militar houve ainda mais conflitos relacionados à terra, sobretudo no Nordeste no final da década de 60 e início da década de 70, motivados pelos incentivos fiscais dado pelos militares aos latifundiários, que tentaram frear os Movimentos Sociais de luta pela terra e suas ideologias com a força da violência

Nesse período surge a CPT⁶, que baseada na Teologia da Libertação⁷ vem a ser uma peça chave nas questões e lutas agrárias em todo o país.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975 durante o Encontro de Pastoral da Amazônia convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e realizado em Goiânia (GO). (CPT. 2010)

⁴ Confederação dos Trabalhadores da Agricultura

⁵ Superintendência da Política Agrária.

⁶ Comissão Pastoral da Terra

⁷ Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, que parte do princípio de considerar que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres.

Em outras palavras, a CPT é a contrapartida real em resposta as mazelas sofridas pelos camponeses, vítimas do latifúndio e de todas as suas formas de exploração tanto trabalhista como financeira. Com a CPT os trabalhadores tiveram mais apoio nas lutas e assim se tornou possível cada vez mais as lutas em busca do direito pela terra, não só no Sul do país, mas também nas outras regiões e por todos os estados, chegando à Paraíba e mais precisamente na cidade de Alagoa Grande, onde se localiza o Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona, que representa uma parte da luta pela terra ajudada pela CPT e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do referido município, como será visto adiante.

3 – Conflito e resistência: a luta pela terra na Fazenda Gomes

Para o homem do campo, a terra representa não apenas a possibilidade de sua sobrevivência, mas também a garantia de poder permanecer com sua família no seu local de origem, livre da sujeição do cambão ou do trabalho alugado. A terra constitui ainda para o camponês o único bem e a única herança passível de ser deixada para a família. Em outras palavras, a terra confere dignidade ao pequeno produtor (MOREIRA; TARGINO 1997, p 295).

Como esse mesmo pensamento, ainda que não exposto dessa forma acima citada, foi que se deu início às lutas e resistências dos camponeses que levaram a criação e formação do Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona no município de Alagoa Grande-PB.

O conflito agrário que desencadeou a formação do Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona se inicia no fim na década de 1990, nas terras da Fazenda Gomes⁸ por trabalhadores rendeiros⁹ que moravam no Sítio Barros¹⁰.

A disputa teve o seu início marcada pela morte do proprietário da Fazenda Gomes, o Sr. Telésforo Onofre Marinho¹¹. Após sua morte houve a abertura de um inventário¹² para que assim fosse possível a partilha dos bens.

⁸ Fazenda que tinha 3.500 hectares de terra e produzia legumes e roças em grandes quantidades, no município de Alagoa Grande – PB.

⁹ Trabalhadores que ao final da safra pagavam um valor em dinheiro ao proprietário pelo uso da terra.

¹⁰ Sítio Localizado no município de Alagoinha – PB.

¹¹ Prefeito da cidade de Alagoa Grande – PB por três vezes e Deputado Estadual.

Quando estava perto de sair o inventário (depois de um período de aproximadamente 5 anos) houve a primeira ameaça de despejo dos camponeses, com isso os herdeiros passaram a perseguir os trabalhadores. *“depois que o “velho” morreu os filhos começaram a provocar a gente pra botar pra fora, pra vender a terra toda, como de fato que já venderam aí a gente ficou resistindo”* (Camponesa M. dos Santos. Entrevista concedida em 15/02/2015).

Com essas ameaças sofridas pelos camponeses, após a morte do dono da Fazenda houve tentativas de ocupação.

Sobre as tentativas de ocupação da Fazenda Gomes, Silva (2014) salienta:

A ocupação na Fazenda Gomes em Alagoa Grande-PB, como foi visto, ocorreu de forma violenta. Seguida de duas fases de conflitos, a primeira em 1989, quando os camponeses começaram a lutar pela terra onde seus familiares trabalharam por quatro décadas, porém foram desarticulados. Sem muito resultado, no ano de 1994 começaram a fazer contato com os agentes da CPT. (SILVA, 2014, p. 26).

Esses contatos iniciais com os agentes da CPT vêm de início com a pessoa de Frei Anastácio¹³, *“(...) no início era o frei Anastácio que era por frente da pastoral na luta lá na Fazenda Gomes”*¹⁴. Como os trabalhadores não tinham outra atividade de sustentação, resistiram e mantiveram suas lavouras, mesmo com a perseguição e destruição parcial/total por parte dos herdeiros das terras cultivadas por eles.

“... por que a gente tinha nossas roças, muita lavoura, muito milho jerimum, batata e eles começaram todo dia fazendo “movimento” com a gente lá botou pistoleiro na fazenda Gomes, soltou o gado, acabou com tudo, deixou a gente por terra lá, faziam ameaças muito tristes à gente que só Deus e Nossa Senhora, mas a gente continuou ainda...” (Entrevista com M. dos Santos. 15/02/2015. Grifo nosso).

¹² Ação de pôr bens para sua posterior partilha entre os herdeiros e sucessores do falecido.

¹³ Frei Anastácio é um frade franciscano, natural de Esperança, interior da Paraíba, que escolheu dedicar sua vida à política em defesa dos mais humildes. Ele começou nessa luta em 1973, no litoral sul da Paraíba, na organização do movimento dos trabalhadores rurais. Depois ajudou a fundar a CPT – Comissão Pastoral da Terra, da qual foi coordenador. Fonte. <http://www.al.pb.gov.br/deputados/frei-anastacio>

¹⁴ Entrevista concedida no Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona pelo Camponês J.O. em 03/05/2015.

Com isso os trabalhadores passaram a se organizar em reuniões para tratar de meios de articulação para a ocupação da Fazenda Gomes.

As articulações passaram a ser feitas semanalmente, sobretudo com a ajuda do Monsenhor Luigi Pescarmona buscando formulações de reivindicações em torno da Reforma Agrária na área. (PAIVA NETO, 2012, p.208 apud SILVA, 2014, p.26).

A partir das reuniões e orientações com o Pe. Monsenhor Luigi Pescarmona¹⁵ representando a CPT e também com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os camponeses decidem resistir, dessa vez montando acampamento. É por meio da ocupação da terra que o campesinato tem enfrentado a condição da lógica do capital (FERNANDES, 2000, p.279 apud FERNANDES, 2008, p.179.).

“... aí fizemos um acampamento fora da terra deles e ficamos, e eles com aquelas agressões, balearam 2 quando a gente vinha do roçado carregando batata pra “nóis” comer , que vinha de dentro da área, depois vinheram, não ficaram satisfeitos, depois entramos de novo, plantamos de novo, comemos feijão bastante ainda...”(Entrevista com M. dos Santos. 15/02/2015. Grifo nosso)

Seguindo esse mesmo pensamento de resistência no campo por meio da ocupação de terras, Zanardi (2012) salienta:

A ocupação é instrumento fundamental para pressionar os órgãos governamentais e alertar a sociedade quanto à situação injusta que se instalou no campo brasileiro, com seus latifúndios improdutivos e a concentração de terras nas mãos de proprietários que as exploram no exclusivo interesse individual. (ZANARDI, 2012, p.99).

No entanto a persistência por meio dos donos da fazenda se igualava a dos camponeses e mais uma vez houve represália, dessa vez com intervenção policial com 5 feridos. Como relata a agricultora M. dos Santos

“... depois disso vieram de novo com a polícia e dessa vez balearam 5 ,mas ficamos e resistimos, aí viemos pra cadeia de alagoa grande , deram voz de prisão pra gente não entrar, mas a gente voltou e eles impediram da gente entrar” (Entrevista com M. dos Santos. 15/02/2015.Grifo nosso)

¹⁵ Padre italiano que participou de vários conflitos agrários no estado da Paraíba, pertencente à Diocese da cidade de Guarabira- PB e Coordenador da CPT-PB.

Sobre esse episódio de violência e represália contra os trabalhadores o agricultor J. O. complementa:

“A gente já tava na saída e chegaram rapidinho e tome bala no povo, pro povo deixar a fazenda, pra ter medo né?, foi a tarde quando a gente vinha embora, tava todo mundo rezando pra poder ir embora pra casa, aí já chegaram logo atirando, balearam nas pernas, na mão, teve um que foi na “bunda” ainda rsrs..”(Grifo nosso).

Com relação à violência no campo advinda de tentativas de proteção da propriedade ocupada Sauer (2008) explica:

A violência mais explícita no meio rural (agressões verbais e físicas, ameaças de morte assassinatos, despejos com uso de força policial e paramilitar) possui um fim bastante claro, ou seja, a defesa incondicional da propriedade, e a condição de propriedade produtiva é apenas um elemento adicional, senão secundário na justificativa desse fim. (SAUER, 2008, p.244).

Com isso fica bem claro o motivo pelo qual os herdeiros da Fazenda Gomes insistiram tanto nas tentativas de expulsão dos camponeses, visto que o interesse era a defesa das terras da fazenda e não das lavouras que as tornavam produtivas.

Após esse episódio os camponeses se dirigiram e se acamparam na frente do Palácio do Governo em João Pessoa em busca de solução para o problema da terra. Em meio à situação, o Governador José Maranhão¹⁶ ofereceu moradias aos camponeses, que se recusaram a aceitar, ao recordar o fato o camponês A. L. relata sua fala ao governador. “*Você pode me dá esse palácio que “nóis” não quer, o que “nóis” quer é terra, do que adianta a gente morar numa casa em João Pessoa sem ter do que viver? você dá a casa, mas cadê o emprego?*” (Entrevista concedida em 11/05/2015).

Sem acordo, os camponeses foram transferidos para a Creche Faisquinha¹⁷ ainda na capital. Após quase 2 meses e meio eles retornaram e mesmo tendo sofrido ameaças e agressões, mais uma vez entraram nas terras da Fazenda Gomes, “*por que reforma agrária toda vida ela só existiu com sangue*”(Camponês A.L.).

¹⁶ Governador do Estado da Paraíba no período de 1994-1998 (após assumir o cargo do então Governador Antônio Mariz que havia morrido).

¹⁷ Creche localizada aos arredores do Estádio Almeidão na cidade de João Pessoa – PB.

No entanto, as terras da Fazenda Gomes não foram inseridas no plano de reforma agrária do INCRA, impossibilitando o sonho dos camponeses de possuir o pedaço de chão pra plantar e pra colher e, assim viver com dignidade.

Esse fato deixou os camponeses desanimados da luta, mas foi descoberto posteriormente uma fazenda vizinha e no município de Alagoa Grande que estava em dívida com o estado e o conflito se estendeu para a fazenda do senhor Maurício Gama, que até então não tinha nada haver com o conflito na Fazenda Gomes. (SILVA, 2011, p.20).

O fato da inadimplência do senhor Maurício Gama ¹⁸acarretou na desapropriação das terras da fazenda Lagoa Nova para que fosse instalado o P.A ¹⁹ em 16 de Dezembro de 1997, com a saída dessa desapropriação de terra o conflito da Fazenda Gomes chega ao fim.

Após quase cinco anos de luta e resistência dos camponeses em busca de terra, enfim chegou a oportunidade. Porém, as terras desapropriadas da fazenda Alagoa Nova que deram origem ao Assentamento Maria Menina ²⁰não eram capazes de comportar as famílias vindas do conflito na fazenda Gomes “*eram mais de 80 famílias, mas teve uns que desistiram e só ficou 66 que permaneceu na luta mesmo*”. (J.O. 03/05/2015). Com isso, aproximadamente 26 famílias teriam que ser realocadas.

A solução foi aguardar até que surgisse uma nova oportunidade. A espera perdurou por um pouco mais de 1 ano e dessa vez foi pra valer, os camponeses tinham a terra, no município de Alagoa Grande, de uma fazenda que estava em dívida com o Banco.

3.1- ASSENTAMENTO MONSENHOR LUIGI PESCARMONA: O SONHO SE REALIZA

Depois de 5 anos de luta, resistência e muito sofrimento, os camponeses que trabalhavam na Fazenda Gomes chegaram às terras da Fazenda Patos

¹⁸ Proprietário da Fazenda Lagoa Nova.

¹⁹ De acordo com o INCRA, P.A significa – Projeto de Assentamento.

²⁰ Assentamento localizado nas terras da Fazenda Lagoa Nova, que pertencia a Maurício Gama

Vale do Rio Cristalino, *“Essa terra pertencia à USINA TANQUES²¹, de Agnaldo Veloso Borges²², mas estava arrendada a Edvaldo²³, “aí” o INCRA veio e assentou a gente aqui.”* (J.O. 03/05/2015), que assim como a fazenda de Maurício Gama também se encontrava com inadimplência financeira, mas nesse caso com o banco.

A partir daí se inicia a formação e consolidação do assentamento, porém é importante ressaltar que:

Basicamente, o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. (INCRA, Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento> Acesso em: 02/05/2015)

Com essa divisão de unidades agrícolas também conhecidas como lotes, o Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona passa a abrigar as 26 famílias vindas do assentamento anterior e mais 3 famílias que já residiam na terra e que, no ato da desapropriação se uniram à luta dos outros camponeses. Após a conquista do assentamento, 29 famílias receberam pela divisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, 9 hectares para viver, produzir e reproduzir. (SILVA, 2014, p.27).

A partir da formação do Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona, em 08/01/1999, os camponeses receberam financiamento do governo para assim poder começar a vida em novas terras.

3.2 – O ASSENTAMENTO X PERSPECTIVAS

Com a terra para trabalhar os camponeses passaram a plantar suas lavouras e a criar gado, com isso se tornou possível o sustento de suas famílias, que têm jovens os quais uma boa parte permanece no campo para ajudar seus pais. *“... e vai chegar um momento que se tivesse 1000 hectares ainda seria pouco para os assentados, porque os filhos dos assentados, têm se*

²¹ Primeira Usina do Brejo Paraibano fundada em 1926 pelos irmãos Heretiano Zenaide Nóbrega de Albuquerque e Apolônio Zenaide Nóbrega Montenegro e João Holmes Sobrinho. Ver FREIRE. **ALAGOA GRANDE SUA HITÓRIA.**

²² Usineiro proprietário da Usina Tanques (até 1990, ano de sua morte), ligado ao Grupo da Várzea.

²³ Pecuarista alagoa-grandense, sobrinho de Telesforo Onofre Marinho.

dedicado à luta do homem do campo” (Agricultor, R.M, entrevista concedida em 24/10/2014. Grifo nosso)

Os jovens que permaneçam no campo junto com os demais assentados recebem ajudas de órgãos diversos para que possam sempre viver nas terras. Da EMATER²⁴, INCRA, os agricultores recebem visitas e ajuda técnica, bem como apoio em processos de auxílios doenças, aposentadorias entre outros por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por meio da Secretaria de Agricultura do município de Alagoa Grande os agricultores têm o “corte” da terra na chegada do inverno e por fim por meio do PRONAF²⁵ eles recebem incentivos para que possam investir em complementos agrícolas e assim melhorar suas plantações e criações.

Contudo, no Assentamento Monsenhor Luigi Pescarmona ainda falta bastante coisa, como Silva (2014) salienta:

Apesar das intensas lutas e das conquistas dos assentados a estrutura do assentamento ainda é bastante precária principalmente na questão da infraestrutura, como a falta de pavimentação das ruas e saneamento básico, que vise condições de formação de vilas. (SILVA, 2014, p. 27).

Outro problema considerável é a questão da água no Assentamento que é resolvido de modo paliativo, existe um poço e uma caixa d’água para toda a comunidade, no entanto, a água desse poço não serve para o consumo por ser salobra, com isso, a água consumida é proveniente das chuvas e ficam armazenadas em cisternas, sem muita purificação. Outra forma de resolver essa questão é por meio de “carros pipa” enviados esporadicamente pela prefeitura ao assentamento e outra forma alternativa é a compra individual de “uma pipa d’água” pelos agricultores para que possam adquirir água de melhores condições de consumo.

Mas mesmo assim, essas questões não impedem, nem ofuscam a conquista que após anos de luta chegou e com isso, os camponeses puderam e podem se manter na terra que, para eles, representa não apenas o direito de ter onde trabalhar, mas também a própria vida.

²⁴ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

²⁵ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Vê www.mda.gov.br

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse trabalho podemos compreender as questões agrárias em nosso país e as lutas e conflitos promovidos a partir delas, articuladas pelos movimentos sociais e sindicatos.

O estudo dessas questões é importante porque permite adentrar cada vez mais no universo do camponês que, com o passar do tempo, vem se moldando no cenário rural e sempre tentando através das lutas conseguir seu espaço de sobrevivência. Muito já foi dito e planejado para que acontecesse de fato a reforma agrária no Brasil, porém esses discursos e planos não são capazes que frear o latifúndio e de dar ao camponês um pedaço de terra, essencial ao seu modo de vida.

É necessário para a reforma agrária que os órgãos governamentais agissem de forma mais rápida e eficaz, buscando sempre melhorias nas formas de desapropriação e distribuição da terra, para que cada vez mais haja em nosso campo, camponeses trabalhando e preenchendo as lacunas vazias deixadas pelas terras improdutivas.

Desse modo, ao ver-se em meio às dificuldades, o camponês reage de forma que possa conseguir um lugar para abrigar ele e sua família, para que pudessem trabalhar colher e se manter no meio rural. E essa reação por vezes vem em forma de luta e resistência em busca de uma meta comum a todos, que é o direito de ter a terra.

Nesse contexto, as lutas e resistências dos camponeses que, mais tarde seriam assentados, representam a vontade e perseverança de quem não pode esperar tanto pela terra, de quem viveu e vive na terra. Esses conflitos são a forma mais clara de dizer à sociedade de que o campo vive e que os camponeses também são capazes mudar o espaço promovendo a territorialização e com isso produzindo as formas de vivência e permanência no campo.

REFERÊNCIAS

A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964/ João Pedro Stedile (org.) – 2. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2012.

A questão agrária no Brasil: o debate de esquerda 1960-1980/ João Pedro Stedile (org.); Douglas Estevam – 2. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2012.

A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960/ João Pedro Stedile (org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) – 2. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **A questão agrária no nordeste.** São Paulo em perspectiva, 11(2) 1997, PP 109-118.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Reforma Agrária por Conflitos: in Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil/** Antônio Márcio Buainain (coord.) et al. - Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Alagoa Grande, estado da Paraíba/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

CPT. <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 06/04/2015. 10h24m.

Entrevista concedida no assentamento realizada em: 11/05/2015. 9h31m.

Entrevista concedida no assentamento realizada em: 03/05/2015. 8h42m.

Entrevista concedida no assentamento realizada em: 14/02/2015. 7h48m.

Entrevista concedida no assentamento, realizada em: 24/10/2014. 7h48m

Estatuto da Terra Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm
Acesso em: 28/09/2014 09h15.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial: in Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil/** Antônio Márcio Buainain (coord.) et al. - Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial.** Disponível em: <http://mstemdados.org/sites/default/files/FERNANDES%202004%20quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria%20conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf> Acesso em: 20/09/2014. 15h25.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma Agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, pp.15-133.

FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: Sua história.** João Pessoa: Editora Ideia, 1998, pp.11-320.

INCRA. <http://www.incra.gov.br>

LIMA, Edvaldo Carlos de, AMORIM, Caio Augusto e JÚNOR, Maciel Antônio Thomaz. **Movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária na Paraíba: concepções teóricas a partir do trabalho de campo.** X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 26 - 30 de mayo de 2008 Universidad de Barcelona.

MELLO, José Octávio. **História da Paraíba, lutas e resistências.** 2ª edição, 1995, Editora Universitária. pp.21-...?.

MOREIRA, Emília. TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997, pp.20-332.

NAKATANI, Paulo, FALEIROS, Rogério Naques e VARGAS, Neide César. **Histórico e limites da reforma agrária na contemporaneidade na Contemporaneidade Brasileira.** Serv.Soc. (online). 2012, n. 110, pp. 230-240.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.** Estudos avançados [online]. 2001, vol. 15, n.43, pp. 185-206.

REIS, Rossana Rocha. **O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil.** *Lua Nova* [online]. 2012, n.86, pp. 89-122.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. **SEM LUTA PELA TERRA NÃO HÁ REFORMA AGRÁRIA: as disputas territoriais na Paraíba.** Disponível em: <http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4162> Acesso em: 23/04/2015, 12hr30m.

SAUER, Sérgio. **Conflitos Agrários no Brasil.** In **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil/** Antônio Márcio Buainain (coord.) et al. - Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.

SILVA, Janiele Souza da. **CPT, MST e Políticas de Reforma agrária [manuscrito]: conflitos em torno da questão agrária e da luta pela terra nos assentamentos Monsenhor Luigi Pescarmona e Margarida Maria Alves I/** Janiele Souza da Silva – 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014. “Orientação”: Edvaldo Carlos de Lima, Departamento de Geografia.

SILVA, William dos Santos. **Fragmentos da geografia agrária paraibana: assentamento Maria Menina como território de identidade e de esperança – Alagoa Grande – PB/** William dos Santos Silva. – Guarabira UEPB, 2011. Artigo – Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba. Orientação: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto.

ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. **O direito de propriedade no projeto curricular do MST/** Teodoro Adriano Costa Zanardi. – 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2012.